



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU

**PROCURADORIA JURÍDICA**

Praça João Eufrásio de Medeiros - Nº 14 – Centro - CEP.: 59.330-000  
JUCURUTU-RN – FONES: (84) 3429-2299 – 3429-3805 – FAX: 3429-3804  
E-mail: [prefeituradejucurutu@yahoo.com.br](mailto:prefeituradejucurutu@yahoo.com.br) – [jucurutu70anos@hotmail.com](mailto:jucurutu70anos@hotmail.com)  
CNPJ – 08.095.283/0001-04

---

**PROCURADORIA JURÍDICA**

PROC. ADMINIST. MJ/ RN nº 03060002/2024

**PARECER**

**I – DO RELATÓRIO**

A Procuradoria Jurídica do Município de Jucurutu/ RN, recebeu da Comissão Permanente de Licitação processo administrativo destinado à **ADITIVAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 8/2024 REALIZADO ENTRE O INTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE JUCURUTU E A EMPRESA MATIAS E LEITÃO CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA.** É o breve, porém necessário relato.

**II – DA FUNDAMENTAÇÃO**

Trata-se de OFÍCIO, enviado pelo INTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE JUCURUTU, solicitando o **primeiro termo aditivo, para prorrogação do período vigencial de 15 de agosto de 2025 ao termo final em 14 de agosto de 2026**, mantendo-se os valores e demais condições inicialmente contratados, do contrato nº 08/2024 celebrado entre o INTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE JUCURUTU e a empresa **MATIAS E LEITÃO CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA** cujo objeto é **CONTRATAÇÃO DE UMA ASSESSORIA DOS SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS DESTINADOS AO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE JUCURUTU/RN.**

Em análise, verifica-se que existe um contrato de nº 8/2024 celebrado entre o INTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE JUCURUTU e a empresa acima descrita para execução de serviços acima descritos o qual encerrará sua vigência, completando-se sua execução contratual.

Neste momento, por motivo de interesse público, há nova solicitação da administração autárquica solicitando 1º aditivo contratual de prazo, para prorrogação de 15 de agosto de 2025 ao termo final em 14 de agosto de 2026.

Sendo assim, a ocorrência da extinção simples, pura e imediata do prazo final de vigência contratual na data prevista, certamente acarretará enormes prejuízos aos servidores e ao município, uma vez que a contratada presta serviços relevantes na sede Municipal. Vide ainda as justificativas da IPREV os quais demonstram o interesse público em prorrogar o dito contrato.

No tocante aos requisitos legais a fim de possibilitar o o presente aditivo, estes estão presentes. Vide:

“Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes”

.Sendo assim, a lei 14133/21 possibilita, a prorrogação do presente contrato, conforme o interesse e necessidade da administração pública, nos termos legais acima.

Vide outrossim, que a atual gestão observa necessário e economicamente rentável realizar a pretendida prorrogação, justificando no interesse público, conforme requerido por lei.

Visualizada a minuta de aditivo contratual, observa-se que esta encontra-se em conformidade com a legislação atinente, pelo que esta Procuradoria Jurídica não visualiza impedimento técnico-jurídico à formalização do referido aditivo, nos moldes pleiteados.

**Assim, OPINAMOS pela possibilidade jurídica de formalizar-se a pretendida prorrogação.**


### **III – OPINIÃO**

Face ao todo o exposto, **OPINAMOS** que seja dado continuidade ao presente processo administrativo para realização do aditamento contratual, visto que entendemos estar presentes os requisitos legais.

Este é nosso Parecer, salvo melhor juízo.

S.M.J., é o parecer.

Jucurutu/RN, 14 de julho de 2025.



**ALEXANDRE MAGNO CARVALHO DE OLIVEIRA**  
Procurador do Município - OAB/RN 9558